

**EXTRATOS DE ALOCUÇÕES
DO C.G.M. II**

1997 - 1998

EXTRATOS DA ALOCUÇÃO DE ABERTURA DO C.G.M. II Maio de 1997

De acordo com a atualização do Regulamento realizada em 1999, onde neste texto se encontram as palavras “Superior” ou “Superiores” leia-se “Delegado(a)” ou “Delegados(as)”

CONCEITOS SOBRE A DIREÇÃO ESPIRITUAL

A Direção Espiritual é a tarefa mais importante e delicada que os Superiores de Cafh têm. Não só responde à razão de ser de Cafh “que as almas alcancem sua liberação espiritual”, senão que implica tratar com o aspecto que mais deve ser respeitado no ser humano: sua liberdade para decidir sobre sua vida.

O ditado “*as rosas, quanto mais tocadas mais perdem o viço*” pode ser aplicado à relação entre a alma e seu Diretor Espiritual. Por isso, quem cumpre essa função cuida sempre de não se exceder em seu afã de ajudar. Aconselhar excessivamente é tão mau como não dar o conselho necessário no momento oportuno.

Para evitar este risco, por um lado deve-se respeitar o espaço que a alma necessita para que seja livre em suas decisões e responsável no que fizer. Pelo outro, não se deve perder de vista o que está fazendo, para poder preveni-la a tempo quando necessário e ajudá-la a manter o rumo que a leve ao cumprimento de sua vocação.

Antes de aconselhar, o Diretor Espiritual aprende a escutar sem julgar e a ser empático com a alma que se confia a ele.

O conselho é um aspecto importante da Direção Espiritual, ainda que não seja o único. Uma vez que as almas descobrem sua vocação já conhecem o ideal para o qual orientam suas vidas. O Diretor Espiritual lhes recorda esse ideal quando necessário, acompanha-as em seu desenvolvimento, participa interiormente de suas vicissitudes, estimula-as em seus nobres esforços e as ensina a superar suas dificuldades valendo-se de seus próprios recursos interiores.

O Diretor Espiritual dá conselho em situações da vida diária fazendo uso de seu bom senso, de seu conhecimento prático da renúncia e de sua capacidade de síntese para aplicar os conceitos das ensinanças aos problemas de todos os dias. Ensina todos a viver com um pouco menos do que lhe permitem seus ganhos para que possam economizar e colaborar em obras de bem. Se um Filho que ganha mais do que a média geral lhe apresenta problemas econômicos, ensina-lhe a controlar suas finanças e olhar para os que têm menos, para que veja o que lhe sobra em vez de olhar os que têm mais do que ele, despertando sua cobiça e

seu afã de posse. Estimula os Filhos a que se capacitem cada vez mais, cada um de acordo com suas possibilidades, não só para terem maiores ganhos, mas também para contribuir mais positivamente para o bem de toda a sociedade.

Se um Filho tem problemas com seus familiares ou com quem trabalha, ensina-o a procurar em si mesmo os meios para melhorar essas relações, levando-o pouco a pouco a compreender que ele não tem controle sobre os demais, mas pode tê-lo sobre si mesmo, que pode conhecer-se mais e aprender a dar respostas mais positivas.

Se se lhe apresenta um problema não comum, o Diretor Espiritual procura um assessoramento adequado antes de aconselhar.

O que o Diretor Espiritual não faz é terapia psicológica. Quando percebe um desequilíbrio nos Filhos, orienta-os para o especialista adequado. Para poder discernir estas situações ele necessita ter conhecimentos suficientes nesse sentido ou pedir assessoramento através de seu Superior.

O Diretor Espiritual ensina a orar. O exercício de meditação é oração; uma vez que os Filhos aprendem a orientar seus pensamentos e sentimentos, desenvolvem sua própria maneira de orar. É importante recordar isto para que os Filhos não se sintam em falta se não podem efetuar o exercício tal como lhes é ensinado. Se alguém não consegue ser constante no exercício, é imprescindível que o Superior o ajude a encontrar sua forma de orar. O que é necessário é que a oração seja a voz genuína da alma que se comunica dessa maneira com a Divina Mãe, e que a alma se habitue a essa linguagem.

O Diretor Espiritual ensina a refletir com método sem se deixar levar por ideias feitas, simpatias ou preferências, a considerar diversos pontos de vista e a superar preconceitos. Ensina a estabelecer prioridades na vida e a viver de acordo com elas. Ensina a desenvolver responsabilidade individual, social e participação, não só interior, mas também efetiva. Ensina a perceber as emoções e as necessidades próprias e as dos demais, e a responder em consequência.

O Diretor Espiritual ensina o caminho da renúncia a cada um segundo suas possibilidades e segundo a maneira como expresse sua vocação.

O Diretor Espiritual guarda silêncio sobre o que trata com cada Filho; informa somente ao C.G.M. de forma direta ou através de seu Delegado, segundo seja o caso. Seria catastrófico que comentasse com quem não corresponde – por exemplo, com outros Superiores ou com seu cônjuge – ou que fizesse referências, mesmo longínquas ou indiretas, durante as reuniões ou em conversações, acerca do que os Filhos lhe confiam.

CONSELHOS PARA O DIRETOR ESPIRITUAL

Dar conferência particular

A Direção Espiritual não pode ser imposta; o Superior ganha a confiança das almas que acabam de ingressar em Cafh através da mesura de sua conduta, a prudência de seus julgamentos e, particularmente, através do amor que evidencia na atenção que presta a essas almas. Ainda que os Filhos não lhe peçam Conferência Particular, ele deverá interessar-se por eles, suas famílias, seus trabalhos e seus projetos, cuidando sempre de não se intrometer nem fazer perguntas indiscretas. O amor e a dedicação que os Filhos recebem do Superior os impulsiona naturalmente para a Direção Espiritual.

O Superior se mantém em estreito contato com as Damas e Cavaleiros de sua Távola e, se não solicitam Conferência Particular, periodicamente os chama para conversar particularmente com eles. Se fossem vários os Filhos que não se aproximam dele, seria bom que o Superior consultasse seu próprio Diretor Espiritual para avaliar sua forma de dar Direção Espiritual aos Filhos.

Aconselhar só quando se lhe pede conselho

O amor à alma que assiste e a preocupação de que sempre tome a decisão acertada, fazem com que o Diretor Espiritual tenda a querer ajudá-la em todo momento com suas advertências e conselhos. O Diretor Espiritual se mantém atento para não se deixar levar por esta tendência porque poderia anular na alma sua capacidade de discernir e de se fazer responsável por suas decisões. A superproteção não só leva a imiscuir-se no que não corresponde, senão que é daninha para o desenvolvimento da alma; não é a vontade do Diretor Espiritual, mas a vontade da alma, a força que produz seu adiantamento.

Por outro lado, há almas que geram superproteção com perguntas insistentes, lamentos pelas dificuldades e seu costume de voltar repetidamente a questões sobre as quais já receberam conselho e só elas têm que resolver. O Diretor Espiritual tampouco deve se deixar levar nesse sentido.

O outro polo da superproteção é não dar as conferências estabelecidas e desinteressar-se da orientação das almas. Não há desculpas que justifiquem não dar aos Filhos a orientação que necessitam. Igualmente não há desculpa para que o Diretor Espiritual não procure Direção Espiritual para si mesmo.

Opinar apenas sobre temas de que se tenha conhecimento certo

Ter uma opinião não é o mesmo que ter um conhecimento certo. Opina-se sobre o que não é evidente ou sobre o que não há um conhecimento certo que determine uma conclusão válida.

Quando o Diretor Espiritual se expressa, estabelece claramente o que sabe e sobre o que baseia o que sabe. Quando oferece uma opinião deixa muito claro que é uma entre tantas que um assunto opinável permite.

Seria um sério erro opinar sobre algo que não é opinável porque há conhecimento certo sobre o assunto. Por exemplo, na área da medicina, acerca de questões sobre as quais há meios para determinar diagnósticos e tratamentos comprovados.

Outro erro seria apresentar como certo algo que é opinável. Por exemplo, dar como fatos certas opiniões sobre o futuro, ou sobre estados de consciência que não se experimentaram, ou sobre mundos sobrenaturais que não se conhecem.

Aconselhar sobre o que se tenha experiência

Quando o Diretor Espiritual recomenda a alguém fazer algo, assegura-se de que o que recomenda seja praticável, de que seus efeitos sejam previsíveis e positivos, e de que o Filho tenha possibilidades razoáveis de poder levar a cabo o conselho. Para isso, deve basear-se em sua própria experiência. Por isso, não recomenda algo que não tenha experimentado ou estudado. Além disso, sempre leva em conta a capacidade de cada um; uma prática que para ele seja fácil pode não sê-lo para outro. O que o Diretor Espiritual nunca faz é recomendar algo que não tenha experimentado suficientemente, ou que não pode implementar em sua própria vida, ou que é tão geral que não ajuda ninguém. Por exemplo, dizer “tem que melhorar suas relações”, “economize”, “controle-se”, aparentemente são bons conselhos; no entanto, deixam a alma mais confusa do que antes, pois, além dos problemas que já tinha, encontra-se na obrigação de fazer algo que não sabe como fazer. Se soubesse não teria os problemas que tem. Se alguém, pelo simples fato de um outro lhe dizer “melhore suas relações” pudesse melhorá-las, não teria problemas de relação. Por isso o conselho, além de conteúdo, tem que incluir formas de implementação.

Prudência e sobriedade no conselho

Os Filhos não fazem consultas apenas durante as Conferências Particulares; costumam fazê-lo em qualquer momento. Além disso, tendem a tomar como ensinança e direção espiritual tudo quanto o Superior disser fora do tempo de ensinança nas reuniões e da Conferência Particular. O Superior deve ensinar desde o primeiro momento que não é assim.

Nem tudo o que ele disser é ensinança de Cafh; esta ele a expressa quando tem que expor uma ensinança. Fora desses momentos, ele tem seus pontos de vista e faz sua própria interpretação dos fatos e das circunstâncias. Sua versão é somente uma entre muitas possíveis.

Por outro lado, as conversações correntes não são um meio apropriado nem para pedir nem para dar Direção Espiritual. O Diretor Espiritual não pode dar conselhos nem orientar levemente, sem procurar todos os dados sobre uma situação determinada, sem escutar detidamente quem consulta, sem tempo para refletir e orar.

No entanto, os Filhos levam muito a sério tudo quanto o Superior ou o Orador diz fora das reuniões e retiros, e poderiam ir adotando esses pontos de vista e sustentar essas opiniões como se fossem a Ensinança de Cafh ou as mais válidas. Se um Superior percebe que a maioria dos Filhos de sua Távola coincide com suas próprias opiniões, tem que revisar a orientação que dá a esses Filhos. É por isso que no Superior a parcimônia, sobretudo nas palavras, é uma virtude.

Aconselhar sobre temas relacionados com o desenvolvimento dos Filhos

Os pedidos de conselho se referem geralmente a três temas:

- Que orientação dar à vida
- Como enfrentar conflitos
- Que decisão tomar sobre assuntos contingentes: saúde, economia, estudos, trabalho, compras etc.

Que orientação dar à vida

Este tema é central na Direção Espiritual, pois se refere à vocação.

A vocação dos Filhos é desenvolver-se espiritualmente até alcançar a liberação espiritual. O Diretor Espiritual sempre os orienta nesse sentido, já que é para isso que os Filhos procuram seu conselho.

Como enfrentar conflitos

O Diretor Espiritual não é necessariamente um especialista na solução de conflitos nem é essa sua missão. Por isso discerne os casos em que pode ajudar com seu conselho e quais necessitam uma opinião especializada.

Quando alguém tem um conflito com outra pessoa geralmente culpa o outro pelo que está acontecendo e considera que a solução é que o outro mude. Isso só acentua o conflito e não permite ver saídas simples para problemas que parecem insolúveis. Nestes casos, o Diretor Espiritual orienta de maneira que cada um reconheça sua responsabilidade no conflito que

sofre e veja o que pode fazer de sua parte para resolver esta situação. Alcançar a capacidade de enfrentar e de resolver os próprios conflitos é básico para o desenvolvimento espiritual.

No entanto, esta atitude não é suficiente quando os conflitos são muito profundos e se originam em problemas psicológicos não resolvidos. É quando o Diretor Espiritual encaminha o Filho para uma assistência especializada.

Que decisão tomar em assuntos contingentes

Os Filhos perguntam a seu Diretor Espiritual sobre tudo o que os afeta, Por isso, este se cuida para não cair na debilidade de responder a tudo; não é “expert” em finanças, saúde, imóveis e todas as outras questões que cada um deve resolver na vida diária. Em questões simples ele pode dar sua opinião aplicando seu bom senso, sua experiência e seu discernimento, mas sempre com grande prudência. Em assuntos de saúde, por exemplo, nada é suficientemente simples para que um leigo na matéria aconselhe. Nos casos em que não há elementos que permitam discernir com grande clareza, o Diretor Espiritual orienta para quem corresponda.

Estimular o desenvolvimento da responsabilidade individual

A liberação espiritual implica o desenvolvimento da individualidade. Um aspecto deste desenvolvimento é fazer-se responsável pela própria vida; isto é, pelo passado, assumindo suas consequências no presente; pela condição atual, pelos compromissos e pelas consequências das decisões que se tomam. Assumir esta responsabilidade significa também resolver os conflitos que possam surgir a partir dessas decisões.

Cada um, como adulto, é responsável pelo que faz com sua vida. Em qualquer circunstância, cada um deve encontrar a forma mais positiva de responder aos desafios que se lhe apresentam. A Direção Espiritual ensina a reconhecer essa responsabilidade e a assumi-la. Tanto o Diretor Espiritual como quem recebe seus conselhos devem ter isto muito claro.

O Diretor Espiritual pode aconselhar um caminho de ação, mas não pode impô-lo. Não sendo assim estaria manipulando a vida do Filho e anulando sua capacidade de discernir e de assumir responsabilidades. Exigir submissão na Direção Espiritual contradiz o sentido do conselho, pois este não obriga. Por isso, não se pode dizer que um Filho não é obediente ou que é faltoso por não seguir um conselho. Os Superiores têm isto muito claro.

A tendência de muitas pessoas é esperar que os demais mudem no sentido de que respondam a suas expectativas. Isto as move a dizer aos outros o que teriam que fazer e como fazê-lo. Na vida corrente isto é um incômodo, quando não uma irritação na relação entre as pessoas. Mas se esta tendência fosse levada à Direção Espiritual, ela a desnaturalizaria. Em vez de desenvolver a individualidade, anularia a possibilidade de alcançá-la. Os Superiores também têm isto muito claro.

Se um Filho pretendesse que seu Diretor Espiritual lhe dissesse exatamente tudo o que tem que fazer, estaria descarregando sobre este uma responsabilidade que é sua. Ainda que o Diretor Espiritual quisesse assumir essa responsabilidade, não poderia fazê-lo, pois é o Filho quem tem que enfrentar as consequências de suas indicações. Se estas não fossem acertadas, ainda que o Diretor Espiritual tivesse sentimento de culpa e remorsos por seu conselho desacertado, seria sempre o Filho quem pagaria pelas consequências desse erro. Se fossem acertadas, o Filho não aprenderia nada e ficaria com um vazio interior por não ter enfrentado por si mesmo o desafio que se lhe apresentou.

No entanto, sempre se apresentam casos nos quais, quando o Diretor Espiritual – depois de analisar opções com o Filho e de ver prós e contras de cada uma no tocante a seus impactos na direção que o Filho queira dar a sua vida – diz ao Filho que medite e decida, este insiste em que decida por ele, já que só quer obedecer. Se o Diretor Espiritual assim fizesse, nem ele nem o Filho compreenderiam que estão fazendo precisamente o contrário do que o Filho diz que quer fazer. Se esse Filho realmente quer obedecer, segue o primeiro conselho, de meditar e decidir. Ao insistir no contrário está demonstrando que o que quer é que o Diretor Espiritual lhe obedeça e assuma a responsabilidade que cabe a ele. Esta evidente contradição é mais frequente do que se poderia esperar.

Outras sugestões sobre a forma de aconselhar

- Distinguir entre obrigações e assuntos nos quais se pode decidir. Se se trata de uma obrigação, a decisão já foi tomada ao contrair essa obrigação. Se cabe algum conselho, é o de cumprir com os compromissos contraídos, seja com outros ou consigo mesmo. Ao formar um lar, o ser se compromete com seu cônjuge e com seus filhos; ao tomar um trabalho, o ser se compromete a cumpri-lo com responsabilidade; ao iniciar um estudo, o ser se compromete a terminá-lo; como Filho de Cafh, o ser se compromete com o que o Regulamento estabelece de acordo com seus votos.
- Antes de responder à consulta que um Filho faz, perguntar-lhe sua opinião sobre esse assunto. Muitas vezes, quem pergunta só busca a confirmação de sua própria resposta. Dar-lhe outra diferente sem haver avaliado primeiro a que ele tem – que não significa necessariamente dizer-lhe que é boa – geralmente origina uma discussão, pelo esforço do Diretor Espiritual para que o Filho entenda a opção que lhe está apresentando e pelo sentimento do Filho de acreditar que não o entendem. Esse tipo de confrontação de pareceres acaba com a Direção Espiritual.
- Em vez de dar indicações,
 - a) Acompanhar o Filho em seu esforço para discernir a situação que requer conselho e para que descubra suas possíveis respostas a esta situação.
 - b) Ajudá-lo a discernir as prováveis consequências de cada uma dessas opções.

- c) Levar o Filho a expressar qual é a *melhor opção possível que ele vê e se está de acordo com o que realmente anseia em sua vida*. Se essa fosse uma boa opção, estimulá-lo para que a ponha em prática. Se a opção que o Filho prefere não parecesse ser a mais proveitosa, voltar a revisar com ele as diferentes possibilidades e suas prováveis consequências, até que ambos reconheçam a validade de suas conclusões.
- Respeitar o julgamento do Filho se não houvesse acordo entre seus pontos de vista e os de quem o aconselha já que, assim como o Filho tem liberdade para pedir conselho, também a tem para segui-lo ou não. O importante é que o Filho veja as possíveis consequências que sua decisão lhe pode acarretar.
 - Não investigar se o Filho segue o conselho uma vez que o aceita. Se o Diretor Espiritual estivesse em cima do Filho fiscalizando o que este faz, geraria nele uma ansiedade que obscureceria seu discernimento e travaria seu agir, além de muitos outros problemas que criaria com essa atitude autoritária. O Regulamento de Cafh não faculta ao Superior esquadrihar a vida do Filho.
 - Não alterar de nenhuma maneira a relação com o Filho se este não aceita o conselho, nem perguntar-lhe mais sobre esse assunto. Pelo contrário, acompanhá-lo em qualquer decisão que tome, o que não indica nem aprovar nem avaliar.

ASPECTOS PRÁTICOS DA DIREÇÃO ESPIRITUAL

Distinguem-se dois aspectos na Direção Espiritual: o que implica para alguém abrir-se à Direção Espiritual e o que se recebe através dela.

O que implica para alguém abrir-se à Direção Espiritual

- Reconhecer as próprias limitações. O ser se habitua facilmente a dar respostas a qualquer pergunta. E daí a imaginar que se sabe mais do que realmente se sabe e que é mais do que na realidade é, há um passo muito curto. A busca sistemática da própria Direção Espiritual desperta desse possível sonho.
- Ganhar compreensão do que se está vivendo. Expor ante o Diretor Espiritual o que acontece a si mesmo obriga a analisar, avaliar e localizar as experiências dentro do contexto da vocação que o guia. O simples fato de explicar o que nos acontece, muitas vezes mostra com clareza o curso de ação que teríamos que seguir.
- Confessar sinceramente a própria inferioridade. Isto vai além de reconhecer que não se sabe tudo nem se tem todas as respostas; é reconhecer honestamente as tendências

negativas e debilidades que o ser oculta de si mesmo, as misérias que se criticam nos outros e que não se quer ver em seu interior, a fraqueza das próprias escolhas. Em síntese, sua vulnerabilidade, em contraste com a segurança com que costuma expressar-se. É importante reconhecer isto não só ante si mesmo como também frente ao Diretor Espiritual. Porque não é o mesmo sentir a própria inferioridade que verbalizá-la diante de uma testemunha. A função do Diretor Espiritual, neste caso, é ser como um espelho onde o ser pode ver-se como realmente sabe que é, sem disfarces nem pretensões.

O que se recebe através da Direção Espiritual

- Alguém que o escuta e guarda silêncio acerca do que escuta.
- Uma apreciação desinteressada e imparcial da conduta do próprio ser e do que lhe está ocorrendo.
- Um contrapeso que equilibra as próprias tendências, quando elas prejudicam o próprio adiantamento.
- As advertências e os estímulos que se necessita, quando se necessita. Isto lhe permite antecipar riscos e evitá-los.
- Um conselho independente, livre dos gostos e rejeições próprios, que só busca o desenvolvimento que se necessita.

PREPARAÇÃO DO SUPERIOR PARA DAR DIREÇÃO ESPIRITUAL

Na preparação do Diretor Espiritual devem se ressaltar os aspectos seguintes:

- Sua atitude frente a sua própria Direção Espiritual
- Sua atitude como conselheiro
- Sua conduta
- Sua oração pelos Filhos
- Sua capacitação em temas relacionados com a Direção Espiritual

Sua atitude frente a sua própria direção espiritual

Diz a Ensinança “Ao ter possibilidade de pedir conselho aos Superiores, o Filho adquire o Dom Sobrenatural de Conselho”. Para poder dar Direção Espiritual é necessário pedir e receber Direção Espiritual.

O Diretor Espiritual busca Direção Espiritual porque sabe que a necessita para seu próprio desenvolvimento e para poder dar Direção Espiritual.

A Direção Espiritual exige humildade, porque se baseia no reconhecimento de que se necessita ajuda. E a humildade é mantida praticando-a, para que não fique obscurecida pelo desenvolvimento de um falso sentido de autossuficiência. O Superior aprende isto e o pratica recebendo Direção Espiritual de forma sistemática e periódica.

As leituras sobre psicologia, conflitos e relações humanas permitem aprender o que se sabe sobre a alma humana; a introspecção e a meditação mostram como nos vemos a nós mesmos; mas para desenvolver-nos é indispensável a Direção Espiritual.

O Diretor Espiritual é uma alma que experimenta todas as vicissitudes de seu próprio desenvolvimento. Além da experiência que possa ter e dos conhecimentos sobre Direção Espiritual que tenha adquirido, necessita da mesma ajuda dos que procuram seu conselho. O fato de que se lhe dê a responsabilidade de aconselhar outros não o transforma num Mestre que, de um momento para outro, sabe tudo.

Sem o conhecimento sobre si mesmo que a Direção Espiritual que se recebe proporciona, não se tem capacidade para compreender os outros. Uma situação similar é encontrada no campo da psicologia. Para poder assistir outros, o psicólogo necessita submeter-se à sua própria análise. Se bem que a Direção Espiritual não seja uma análise psicológica, compartilha com essa disciplina o fato de que não se pode dar o que não se conhece e não se pode ajudar os outros com ferramentas que não se usam em si mesmo.

O Diretor Espiritual necessita experimentar o que implica receber conselho e segui-lo. Para compreender os estados que pode gerar nos Filhos com seu conselho, necessita conhecer suas próprias reações quando o conselho que recebe de seu Diretor Espiritual não coincide com o que ele quer, e as dificuldades decorrentes de seguir até mesmo o conselho que concorda plenamente com o que ele gostaria de fazer.

Além disso, por receber Direção Espiritual de forma sistemática, quando o Diretor Espiritual orienta os Filhos, tem viva a lembrança de quão tênue é a linha que separa o conselho que orienta da opinião que se impõe, e toma cuidado para não cruzá-la.

Sua atitude como conselheiro

O Diretor Espiritual dá conselho sem impô-lo. O mais importante a assinalar sobre isto é que *o conselho não obriga*. Quem recebe conselho tem total liberdade para segui-lo ou não. O Diretor Espiritual não pode irritar-se ou magoar-se porque um Filho não segue seu conselho.

Sua conduta

A conduta do Diretor Espiritual, esteja ou não diante dos Filhos, é uma referência permanente para eles. Nada lhes escapa, porque esperam de seu Diretor Espiritual o exemplo das ensinanças e dos conselhos que transmite.

O Diretor Espiritual tem que se manter consciente de que os Filhos sempre o tomam como exemplo. O cuidado de sua conduta fora das reuniões e das Conferências Particulares é tanto ou mais importante do que nessas situações formais, já que nesses momentos tenderá a expressar-se segundo sua personalidade corrente, seus modos particulares e suas opiniões formadas.

A conduta do Superior com outros Ordenados é sua ensinança acerca do comportamento que os Filhos devem ter com outros Filhos. A conduta do Superior com aquele de quem depende ensina a conduta que os Filhos devem ter com seu Superior.

A fidelidade, o espírito de dependência e a obediência são ensinadas basicamente com o próprio exemplo. Se o Superior impõe seu poder, o que consegue é submissão de alguns e afastamento do Caminho de outros. A soberba de quem transpassa os limites da autoridade de sua função ou abusa de sua ascendência sobre os Filhos, esquecendo que representa o C.G.M., desnaturaliza sua relação com eles: a fidelidade aos votos se transforma em submissão a uma pessoa, a obediência ao C.G.M. em adulação e subserviência ao Superior. Quem assim procedesse já não atuaria como Superior de Cafh, mas como uma figura que atuaria de forma nefasta contra seu próprio desenvolvimento e o dos Filhos.

Sua oração pelos Filhos

O Diretor Espiritual ora pelos Filhos Orar pelos Filhos tem dois efeitos fundamentais O primeiro é o bem do Filho, pelos efeitos da boa intenção e dos bons pensamentos de quem ora. O segundo é o bem na relação entre o Diretor Espiritual e o Filho. Orar por alguém aprofunda o amor por quem se ora e o mantém presente na mente e no coração. Além disso, predispõe à empatia, seja à distância como na relação direta. Chamamos empatia à participação interior com outro. A empatia é a base da compreensão necessária para o conselho.

Orar pelos Filhos é indispensável, especialmente quando os Filhos sofrem dificuldades ou quando o Superior percebe que se irritou por algo que um Filho tenha dito ou feito.

Sua capacitação em temas relacionados com a direção espiritual

Diz a Ensinança sobre o Dom de Conselho: “... *abre a via para a captação do saber*”. Ter o Dom de conselho implica possuir a atitude adequada e o conhecimento necessário. A atitude adequada se desenvolve ao pedir conselho com a humildade e o desejo de aprender que esta prática fomenta. A oferenda faz com que essa atitude se arraigue na alma, O estudo, a reflexão e a prática da renúncia dão o conteúdo ao conselho. Nem a atitude de quem aconselha, por si mesma, por melhor que seja, nem o conteúdo do conselho, por si mesmo, e por mais acertado que fosse, fariam um bom conselho. É por isso que o Superior busca conselho, trabalha sobre sua atitude de renúncia e estuda com afinco o que necessita para orientar os Filhos.

O Diretor Espiritual concentra seu estudo no tema da Direção Espiritual, porque essa é sua área específica. Neste sentido é importante que estude e medite sobre o Regulamento, as ensinanças, os temas da Doutrina de Cafh e suas aplicações na vida diária, nas decisões que se tomam, na forma de se expressar e de se comunicar.

Também estuda os temas tradicionalmente associados com a vida espiritual, como a oração, a meditação e a ascética mística.

Ao estudar, é fundamental que aprenda a distinguir as afirmações que se apoiam em evidências das que expressam somente pontos de vista. Discernir essa diferença é a base indispensável para transmitir a Ensinança. Isto também lhe mostra o caráter temporário de suas interpretações das ensinanças e, especialmente, o caráter mutável de suas próprias opiniões.

Cafh tem a cerimônia simbólica de queimar os apontamentos de Ensinança. Todos os anos os Filhos participam dessa experiência, mas às vezes esquecem seu significado e se aferram a apontamentos de Ensinança e à interpretação que fizeram deles. Por isso se insiste na necessidade imperiosa de compreender este conceito fundamental: “A Ensinança de Cafh é divina e eterna”; mas a forma como cada um a entende é temporária e sujeita a mudanças.

As interpretações são temporárias por natureza, porque se fundamentam em percepções, compreensões e dados incompletos. E evoluem necessariamente na medida em que quem interpreta se desenvolve e na medida em que aparecem novas evidências sobre o tema que tratam; isto é: mudam.

As opiniões próprias se desprendem da cultura em que se formaram os próprios pontos de vista, da influência das correntes de pensamento do momento, e também das preferências, do estudo e da capacidade de cada um. Na medida em que uma pessoa se desenvolve, suas opiniões também o fazem. Isto é: mudam.

Então, compreender o caráter temporário das interpretações e, ao mesmo tempo, adotar uma sobre a qual basear a maneira de ver as coisas e tomar decisões sem esquecer que essa base é temporária, capacita para transmitir conceitos abertos à sua própria evolução. Esta atitude de liberdade é a essência da Ensinança de Cafh.

Além disso, é necessário que o Superior adquira conhecimentos sobre psicologia, relações humanas e solução de conflitos, para que possa discernir até onde ele pode aconselhar e quando é necessária uma intervenção especializada. Estes conhecimentos servem também para que o Diretor Espiritual entenda melhor a si mesmo e aos processos que experimenta, e para que se dê conta do que não sabe.

Por outro lado, o Superior se preocupa em ser didático e aplicar os diversos métodos conhecidos para transmitir conhecimento.

A esta preparação intelectual e prática, o Superior acrescenta o trabalho sobre sua própria conduta, não só com os Filhos que lhe são confiados, mas também com os demais

Superiores e com seu Diretor Espiritual. A ensinança mais clara e direta que se transmite ao Filho sobre a forma de relacionar-se é a conduta de seu Superior com eles, com aqueles sobre os quais não tem autoridade e com os que têm autoridade sobre ele.

A DIREÇÃO ESPIRITUAL DOS ORDENADOS

A Direção Espiritual dos Ordenados se baseia na renúncia. O conselho se centraliza em orientá-los para a prática efetiva da renúncia.

Os Ordenados renunciam a tudo e evidenciam que assim o fazem.

A renúncia exterior é a mais imediata e fácil, tanto de efetuar como de reconhecer. É evidente que os Ordenados oferendam seu tempo, sua energia e seus recursos para o bem das almas. A renúncia interior não é tão simples. O que mais custa ao ser humano é renunciar a fazer, sentir e pensar de acordo com seus impulsos, com seus estados de ânimo ou com o que lhe venha à mente.

Os Ordenados renunciam fazendo, sentindo e pensando de maneira conforme com sua vocação e com sua função em Cafh. E praticam essa renúncia através da obediência e da fidelidade.

Essa é a orientação que recebem, ou deveriam receber, em sua Direção Espiritual.

Na Direção Espiritual dos Superiores é necessário distinguir que em muitos casos um conselho é também uma indicação, porque se relaciona com a função que estão desempenhando ou a afeta indiretamente. Nestes casos *esse conselho obriga*.

Por exemplo, se um Superior expõe sua dificuldade para atender os Filhos em Conferência Particular por falta de tempo, o conselho deve cingir-se à obrigação que esse Superior tem nesse sentido. Ele não pode deixar os Filhos sem Direção Espiritual; essa é sua prioridade. O conselho de atender os Filhos como corresponde obriga; as outras obrigações podem ser matéria de um conselho que esse Superior verá como aplicar.

Outro exemplo, um Superior que apresente sua dificuldade a respeito das indicações que recebe. O conselho o orientará para que se comunique melhor com seu Superior; mas o que não está em discussão é que tem que seguir essas indicações.

Antes de dar uma indicação, tanto o C.G.M. como os demais Superiores se informam e dialogam, especialmente com quem pode se ver afetado pelas medidas que se devem tomar. De sua parte, cada Superior tem o direito de se comunicar de maneira livre e fluida com os Delegados e diretamente com o C.G.M. antes, durante e depois que se adote alguma medida. De maneira que, quando se recebe uma indicação, não é o momento de discuti-la, mas de cumpri-la. Se depois de aplicá-la se percebe uma opção melhor, volta-se a dialogar para considerá-la.

A DIREÇÃO ESPIRITUAL DE SOLITÁRIOS E PATROCINADOS

O Diretor Espiritual é consciente da diferença entre a Direção Espiritual que recebe como Ordenado e a que dá aos Filhos Solitários e Patrocinados.

Os Ordenados são responsáveis diretos pela Obra de Cafh no mundo e expressam essa responsabilidade – e sua renúncia – com sua obediência estrita, seu espírito de dependência e sua disponibilidade permanente para realizar o que for necessário para o bem das almas. Esta atitude é tão própria de suas almas que lhes pode parecer natural esperar, ou exigir a mesma atitude por parte dos Filhos Solitários e Patrocinados. Inclusive podem se relacionar com eles como foram suas relações com os que os orientaram em sua formação de Ordenados e repetir-lhes conselhos e indicações que receberam para si mesmos, em outros tempos e circunstâncias. Esta confusão pode levar inadvertidamente a exigir dos Filhos uma obediência, disponibilidade e oferenda que não condiz com sua Categoria e grupo, ou com sua maneira de sentir sua vocação.

O Superior fomenta nos Filhos o amor à vocação espiritual e à oferenda através da Ensino, da Direção Espiritual, de seu amor para com sua própria vocação e, especialmente, de seu exemplo diário de abnegação e entrega à Obra de Cafh. A atitude de oferenda não pode ser exigida, senão que se desenvolve à medida que a alma se desenvolve ao perseverar em sua vocação espiritual. Por isso, deve-se prestar atenção específica a esse desenvolvimento, sem pedir nem esperar algo diferente daquilo que o Filho expresse por si mesmo. E quando expressar disposição para oferecer-se de alguma maneira, deve-se ser muito prudente em aceitar sua oferenda e acompanhá-lo para que gradualmente prove sua determinação.

No contexto da Direção Espiritual, direção significa orientação sem coerção.

Orientação

Dar direção é orientar e proporcionar elementos para conservar essa orientação. Se a mente cede à pressão dos desejos, a vontade se orienta a seu capricho e se perde a direção que se escolheu para sua vida. De maneira que, quando alguém pede Direção Espiritual, ensina-se-lhe a orientar seu discernimento e sua vontade de maneira que suas decisões respondam ao que quer realmente.

Como quando se busca conselho às vezes não se tem presente o que realmente se quer, a Direção Espiritual se baseia em ajudá-lo a confirmar, reiteradamente, o objetivo que escolheu para sua vida: sua vocação espiritual.

Uma vez que esse objetivo fica claro, fazem-se mais evidentes as prioridades. Tendo claras as prioridades, resta distinguir os meios para cumpri-las.

Direção espiritual sem coerção

O Diretor Espiritual tem sempre muito claro que quando um Filho busca seu conselho *está lhe pedindo seu parecer* a respeito de algo, e que *dar um parecer não é dar uma ordem ou uma indicação, mas apenas dar um conselho.*

Ainda que um Diretor Espiritual diga a um Filho que tem total liberdade para seguir ou não seu conselho, se espera outra coisa, não pode deixar de expressá-lo em sua relação com esse Filho. A crítica interior se expressa em mensagens não verbais e, além disso, conduz à crítica exterior. As mensagens não verbais (gestos e expressões) produzem uma resposta instantânea e independente do conteúdo da mensagem verbal. Por isso, tão importante é o que se diz como a maneira como se diz.

Dar conselho em tom autoritário e sem dar alternativas faz com que quem o recebe o entenda como uma ordem e se sinta obrigado a segui-lo. Se o segue, sente-se forçado, oprimido; e se não o segue, sente-se em falta. Isto não depende tanto dos Filhos como da atitude do Diretor Espiritual e do espaço que dê aos Filhos para conduzir suas vidas.

Por outro lado, a crítica explícita ou comentários críticos anulam o dom de dar conselho e tiram autoridade espiritual de quem critica.

Um conselho não obriga. No entanto, quem o dá, tem às vezes a expectativa de que quem lhe pede conselho concorde com ele e o siga. De acordo com a atitude do Diretor Espiritual e a do Filho, podem-se produzir estas situações:

- Se quem pede um conselho já tem uma ideia do que quer fazer e não a quer mudar, e se quem aconselha insiste num conselho diferente, começa uma discussão. E quando começa a discussão termina a Direção Espiritual.
- Quem pediu o conselho não o discute, mas não o segue. O Diretor Espiritual, se tem expectativas, sente-se frustrado e até desgostoso. Isto deteriora sua relação com esse Filho, afastam-se interiormente um do outro e acaba a possibilidade de proporcionar Direção Espiritual.
- O Filho se sente obrigado e segue o conselho cegamente, sem discerni-lo. Não compreende que, salvo que se lhe diga o contrário, o conselho é válido num contexto e momento determinados. Por exemplo, que um Filho, porque faz muitos anos passou por uma circunstância especial e por isso lhe foi dito nessa oportunidade que não meditasse, sem voltar a consultar, descuide de seus exercícios e a partir desse momento não medite mais. Ou que um Filho não queira seguir o conselho de mudar sua maneira de desempenhar sua função, dizendo que deve cumpri-la como lhe ensinaram há anos. Ou que se lhe aconselhe uma forma de atuar frente a certo problema e depois ele aconselhe todos os Filhos a proceder dessa maneira, sem compreender as diferenças que as circunstâncias e as pessoas impõem. É por isso que o Diretor Espiritual deve estar atento

a como seus conselhos são interpretados e que efeitos produzem. Sem esta retroalimentação ele não pode aconselhar bem os Filhos.

- O Filho sente que seu Diretor Espiritual respeita seu espaço e não o pressiona, senão que estabelece com ele uma comunicação fluida, de reflexão compartilhada. O Filho medita sobre o conselho recebido e entende seus fundamentos; discerne como e quando aplicá-lo; comprova seus resultados e aprende. Isto é fonte de felicidade e de agradecimento para o Diretor Espiritual, por toda a ajuda que ele recebeu e que o capacitou para dar um bom conselho.

EXTRATOS DAS ALOCUÇÕES DO C.G.M. II

Maio de 1998

De acordo com a atualização do Regulamento realizada em 1999, onde neste texto se encontram as palavras “Superior” ou “Superiores” leia-se “Delegado(a)” ou “Delegados(as)”

DIREÇÃO ESPIRITUAL E CONDUÇÃO

I. A DIREÇÃO ESPIRITUAL

Os que recebemos direção espiritual

Os que damos direção espiritual

Recomendações para a direção espiritual

II. A CONDUÇÃO DA TÁVOLA

Situações irregulares na Távola

Situações irregulares na Delegação

Controle insuficiente

Reticência

Decisões inconsultas

Responsabilidade não cumprida

Recomendações para evitar problemas de condução

Recomendações para o C.G.M.

Recomendações para Superiores e Delegados

IV. O DIÁLOGO

O corte da comunicação

A crítica mal intencionada

A murmuração

Diálogo: Escutar

Validar

Comunicar

Falar por si mesmo

Diálogo e participação

DIREÇÃO ESPIRITUAL E CONDUÇÃO

Refletiremos sobre quatro áreas de nosso trabalho:

- I. A direção espiritual
- II. A condução da Távola
- III. A condução das instituições de Cafh.
- IV. O diálogo

I. A DIREÇÃO ESPIRITUAL

O tema sobre a necessidade de procurar direção espiritual foi tratado amplamente pelos Superiores na Assembleia de 1997; pouco se poderia acrescentar a essas exposições. Isto evidencia que, *teoricamente*, sabemos muito bem a atitude que temos que ter e o que necessitamos efetuar a respeito da direção espiritual. A realidade nos mostra que, *na prática*, ainda nos falta caminho a percorrer nesse sentido.

A direção espiritual depende tanto da atitude de quem a dá como de quem a recebe. A seguir consideraremos, a partir destes dois ângulos, algumas atitudes que afetam negativamente o processo da direção espiritual.

Os que recebemos direção espiritual

Alertas vermelhos:

- Não pedimos direção espiritual. Ou pretendemos que pedimos direção espiritual pelo fato de escolher conversar às vezes com quem compartilha nossas opiniões e aprova nossa conduta.

Geralmente esta atitude vai acompanhada de dogmatismo e sentimento de superioridade. Também poderia encobrir o hábito de murmurar.

- Fingimos que consultamos, mas o que buscamos é a aprovação de nossa conduta, de nossas opiniões ou do que já fizemos ou decidimos fazer.

Atitude autocompassiva, geralmente independente e fechada à direção espiritual.

- Procuramos a amizade particular do Diretor Espiritual.

O Diretor Espiritual é, por definição, nosso amigo. Buscar sua amizade particular pode encobrir ciúmes e competição com outros.

- Mantemos uma atitude defensiva:

Atuamos como juiz e litigante na avaliação de nossos conflitos interpessoais, sem pô-los aos pés da Divina Mãe na direção espiritual.

Não nos vemos num contexto.

Nós nos absolvemos de responsabilidade em situações conflituosas: sempre é um outro que tem a culpa.

Não analisamos nossa conduta.

Mostramo-nos sempre seguros de que nossa opinião é a mais acertada: sempre é um outro que está equivocado.

Não situamos nossas ideias num contexto.

- Não tocamos nossos temas críticos; em troca, discorremos sobre generalidades, sobre informes do que foi feito e por fazer, ou sobre assuntos teóricos desconectados de nossa vida concreta.

Negamos nossos próprios problemas. Encerramento.

- Pedimos mudança de Diretor Espiritual quando este não concorda com nossas opiniões ou questiona nosso proceder. * (ver a seção “Os que damos direção espiritual”)

Por soberba ou por negação, quando nosso Diretor Espiritual nos confronta com aspectos nossos que não queremos reconhecer, encontramos muitas razões para buscar outro Diretor Espiritual, ou nenhum.

Os que damos direção espiritual

Poderia acontecer:

- Que não digamos aos Filhos o que necessitam escutar por temor a que reajam mal.

Debilidade do Diretor Espiritual. Talvez também debilidade do Filho, por não ter força para escutar o que precisa saber.

- Que tenhamos com os Filhos uma atitude complacente, não lhes ressaltando a seriedade de uma ação questionável.

O Diretor Espiritual se faz cúmplice de um proceder que não aprova. Com esta atitude engana quem confia nele.

- Que não façamos que os Filhos notem quando usam o tempo da direção espiritual para tratar questões que não correspondem a seu desenvolvimento.

O Diretor Espiritual poderia temer enfrentar temas conflituosos, ou poderia não perceber a situação porque, em sua própria direção espiritual, tampouco trata dos temas fundamentais de seu desenvolvimento.

- Que nos baseemos apenas no que os Filhos nos expressam para fazermos uma ideia do que lhes ocorre e os aconselhemos sem fazê-los ver o contexto maior a que pertencem.

Indica que, provavelmente, o Diretor Espiritual não compreende os contextos e que também assume as funções de juiz e litigante na avaliação de suas próprias situações.

- Que critiquemos os Filhos e, por isso, não os estimulemos a comunicar-se de forma fluida conosco, especialmente quando estão confusos.

Falta de compreensão do Diretor Espiritual que pode levá-lo a:

- *Julgar em vez de escutar.*
- *Complicar em vez de simplificar.*
- *Confundir em vez de esclarecer.*

- Que nos zanguemos com os Filhos por suas atitudes ou suas ações, em vez de ensiná-los
- Que nos ressentamos com os Filhos quando cremos que não nos escutam e não seguem nossos conselhos.

A substituição da atitude de amar e compreender pela de irritar-se e ressentir-se inabilita para a direção espiritual. Zangar-se com o outro é agredi-lo. Não nos sentimos inclinados a pedir conselho a quem nos ataca. Por isso, quem tem um temperamento difícil ou se irrita facilmente teria que reconhecer que não tem condições para dar direção espiritual.

- A responsabilidade pela situação pela qual um Filho pede mudança de Diretor Espiritual ou de Távola pode recair no Diretor Espiritual. Por exemplo:
 - Quando atendemos os Filhos com pressa e mostramos que estamos muito ocupados.
 - Quando pressionamos os Filhos para que concordem com nossas opiniões e os castigamos com nossos julgamentos ou atitudes se não o fazem.
 - Quando queremos que os Filhos copiem nossa conduta ou os modelos que queremos impor
 - Quando exigimos dos Filhos mais do que lhes corresponde pelos compromissos contraídos com seus votos.
 - Quando opinamos – e esperamos que se faça como dizemos – sobre assuntos dos Filhos que incumbem ao Filho ou a profissionais. Por exemplo, o tratamento de enfermidades físicas ou mentais, a educação das crianças, a resolução de problemas matrimoniais, temas econômicos ou de trabalho.
 - Quando fazemos com que os Filhos sintam que o seu temperamento é incompatível com o nosso.
 - Quando os Filhos percebem que estamos desgostosos com eles e que nada podem fazer para mudar essa situação.

Recomendações para a direção espiritual.

Para compreender nossa situação como diretores espirituais, temos que ter presente nossa imensa responsabilidade a respeito das almas que confiam em nós.

Uma pessoa não comprometida com um voto como o nosso tem liberdade para procurar ou não direção espiritual. Em troca, um Ordenado que tem que dar direção espiritual a Filhos, não pode fazê-lo sem que ele mesmo receba direção espiritual.

Se não procuramos direção espiritual, cedo ou tarde acontece o seguinte:

- Não podemos saber o que implica para o Filho pedir conselho se nós mesmos não pedimos conselho.
- Não podemos saber o que implica para o Filho seguir um conselho se nós nem procuramos conselho nem prestamos atenção quando alguém o oferece para nós.
- A única referência que temos para avaliar o que fazemos e o que está nos acontecendo é a nossa própria interpretação disso.
- Como não solicitamos feedback, não temos referências válidas para compreender situações e progredir em nosso desenvolvimento.
- Como não aceitamos um feedback que não nos agrada, adotamos uma posição defensiva para justificar o que quer que pensemos, sintamos ou façamos. Nossa visão da realidade se parcializa progressivamente e nosso julgamento se vicia cada vez mais.
- Como consequência, nós nos encerramos de tal maneira que não reconhecemos a ajuda que nos dão e se faz praticamente impossível ajudar-nos.

Esta situação faz com que não sejamos confiáveis para assumir responsabilidades em relação à Távola e, menos ainda, para dar direção espiritual.

Além disso, atitudes como estas levam ao abuso do poder. Portanto, quem tiver a seu cargo a condução de uma Távola e não procurar direção espiritual de forma honesta tem que ser dispensado dessa função.

Procurar direção espiritual significa que busquemos realmente a orientação que necessitamos e que a aceitemos quando nos derem, sem incomodar-nos quando o que nosso Diretor Espiritual nos diz não coincide com nossas opiniões, ou quando aponta aspectos de nossa conduta que devemos melhorar. Na prática isto implica:

- Ter contato permanente e fluido com o Superior do qual dependemos de forma direta, pedir-lhe orientação sobre a condução da Távola e informá-lo completamente, tal como estabelecem as Normas.
- Ter regularmente uma conferência particular com o Diretor Espiritual para tratar temas específicos de nosso desenvolvimento espiritual.
- Reportar anualmente ao C.G.M. quem é nosso Diretor Espiritual e a frequência das conferências particulares que temos com essa finalidade.

Estes dados mostram ao C.G.M. e especialmente a nós mesmos, a atitude que temos a respeito de nossa direção espiritual.

Além da orientação que recebemos através da direção espiritual, necessitamos reconhecer as ensinanças que representam o feedback que continuamente recebemos de todos os que nos rodeiam, além dos Superiores e dos Filhos: familiares, chefes e companheiros de trabalho, conhecidos, estranhos.

O apreço que recebemos de alguns é um feedback favorável que aumenta a confiança que temos em nós mesmos e nos faz sentir bem. Isto é positivo; mas muitas vezes nos apoiamos nesse apreço para convencer-nos de que estamos bem em todos os sentidos e que não temos nada importante sobre o qual trabalhar em nós mesmos. Por isso, temos que prestar especial atenção ao feedback que nos contraria ou nos dói, porque é um dos poucos sinais não subjetivos que nos ajudam a trabalhar interiormente.

Os conflitos em nossas relações interpessoais têm especial importância nesse sentido. Sempre somos responsáveis, pelo menos em parte, por qualquer situação conflituosa em que estejamos envolvidos. Em qualquer destas situações, nas quais sofremos tanto nós como outros, devemos perguntar-nos o que *nós* necessitamos mudar para superar esse estado de coisas e não tornar a provocar outro similar.

II. A CONDUÇÃO DA TÁVOLA

Quando pela primeira vez nos encarregamos da condução de uma Távola, somos muito conscientes de que temos muito que aprender e consultamos nosso Delegado sobre todos os detalhes de nossa atividade. Com o tempo, vamos nos sentindo mais seguros em nossa função e não necessitamos manter-nos dependentes da consulta ao Delegado. Às vezes, essa segurança pode dar lugar a que nos confundamos e pensemos que já não necessitamos consultar ou informar o Delegado sobre assuntos que deveriam ser consultados e informados. Mais ainda, poderia acontecer o caso em que não se dê informação porque “o Delegado não entende” ou “o Delegado”, ou “o C.G.M.”, “é contra este tipo de projetos”. Para não chegar a estes extremos, refletimos sobre situações que teríamos que corrigir sem demora quando as percebemos.

Situações irregulares na Távola

- Que o Delegado tenha que pedir-nos repetidamente a informação que teríamos tido que prestar a ele de forma regular.

Recapitulemos nossas obrigações a respeito da informação e das permissões que temos que dar e solicitar. Elaboremos uma agenda para cumpri-las e controlemos por escrito como as cumprimos.

- Que recorramos a desculpas para não nos reunir com o Delegado ou com o grupo de Superiores.

Nossa capacidade de diálogo é pequena ou temos conflitos mais profundos na comunicação. Analisemos as causas de nossa atitude e de nosso isolamento, e peçamos direção espiritual.

- Que adotemos uma atitude paternalista, de superioridade, para com os Superiores de nosso grupo ou para com o Delegado, não escutando as opiniões dos outros e exigindo que escutem as nossas. Que critiquemos os outros sem aceitar as críticas dos outros. Ou, mais ainda, que sabotemos as reuniões com silêncios, esquecimentos ou distrações deliberadas.

Necessitamos direção espiritual com urgência e trabalhar sobre as regras do diálogo.

- Que não façamos nosso trabalho. Por exemplo, não participar dos retiros dentro do Raio de Estabilidade, ou não atender os Filhos em conferência particular, ou não assistir periodicamente as reuniões dos grupos da Távola, ou não dar a Ensinança.

Abandonamos os Filhos. Temos que pedir assistência ao Delegado ou ao C.G.M. e procurar em nosso interior o que nos faz fugir de nossas responsabilidades.

- Que não aceitemos o caráter de subordinação de nossa função e a obrigação que temos de prestar contas de nossos atos a respeito da condução da Távola. Alguns dos sintomas específicos que nos alertam sobre a gravidade desta situação são:

- Não pedimos conselho para a condução da Távola e a orientação dos Filhos.
- Nossos informes são incompletos ou superficiais. Não informamos sobre permissões que negamos nem sobre sanções que aplicamos.
- Acusamos o Delegado de autoritário quando nos dá indicações contrárias à nossa opinião.
- Criticamos as indicações estabelecidas para evitar o abuso de autoridade, dizendo que nos tiram autoridade.
- Distanciamos-nos do Delegado ou nos aborrecemos com ele quando nos aponta irregularidades em nosso desempenho.
- Interpretamos como um castigo ou uma demonstração de ingratidão quando se dispõe diminuir o número de nossas responsabilidades ou dispensar-nos de nossas funções. No passado, em alguns casos, chegou-se ao extremo de se transmitir este julgamento a outros Superiores, inclusive aos Filhos da própria Távola. Isto incita os Filhos a “defender” o Superior perante o Delegado ou o C.G.M.

Estas situações indicam uma atitude contrária ao espírito de dependência e obediência ao Regulamento de Cafh, às normas dadas para a condução das Távolas e a nossas ensinanças. Quem a sustentasse não estaria em condições de desempenhar funções de Superior, teria que solicitar ser dispensado de seu cargo, pedir humildemente direção espiritual e voltar à fonte de sua vocação e de sua condição de Filho Ordenado.

- Que quando a Távola esteja para receber uma Visita, “preparemos” os Filhos para que impressionem de uma determinada maneira. Que depois indaguemos sobre o que foi dito na Visita e na conversa particular dos Filhos com o Delegado.

Este comportamento indicaria o afã de ocultar aspectos da vida da Távola, independência na orientação dos Filhos e falta de reconhecimento da autoridade do Delegado do C.G.M. que realiza a Visita.

- Que desestimulemos ou interfiramos na relação direta dos Filhos com o Delegado ou com o C.G.M.; se eles a têm, que os acusemos de “passar por sobre nós” e lhes perguntemos o que vão dizer ou o que disseram. Que os desqualifiquemos, sentindo que nos atraíam por deixar-nos de lado ao contatar diretamente o Delegado.

Isto mostraria ciúmes e afã de poder por parte do Superior de Távola. Falta de compreensão da função de Superior e negação da autoridade do C.G.M.

- Que desqualifiquemos perante os Filhos o que foi dito por quem efetua a Visita à Távola, se o que expressou não coincide com nossas opiniões.

Nesta situação distinguem-se três aspectos:

1. *Falta de entendimento do Superior com relação à Visita. Quem realiza a Visita representa o C.G.M. Se o Superior da Távola não entende o que esse Delegado expressa, corresponde que esclareça suas ideias com ele ou, em última instância, com o C.G.M. Desqualificar perante os Filhos o que foi dito pelo Delegado seria atacar o espírito de Cafh e causar um dano irreparável aos Filhos que foram testemunhas desse fato.*
 2. *Extremo dogmatismo do Superior. Qualquer conceito que não coincida com os seus, vertido por quem quer que seja, não tem valor algum e tem que ser rejeitado.*
 3. *Murmuração. Em vez de dialogar com quem faz a Visita se o desqualifica pelas costas.*
- Que quando passemos por uma situação conflituosa assumamos a postura de juiz e litigante: desqualificamos os Filhos que não concordam com nossa condução ou aqueles com os quais não temos boa relação. Nós os tachamos de “Filhos problema”, sem reconhecer nossa responsabilidade na situação criada. Alguns destes Filhos serão submissos e se submeterão à custa de um grande sofrimento, outros se rebelarão e outros se afastarão de Cafh.

Qualquer conflito entre um Superior e um Filho deve ser avaliado por outro Superior, depois de escutar a ambos e analisar essa situação no contexto da Távola e das situações particulares do Filho e do Superior da Távola.

- Que repentinamente cortemos a relação com um Filho ou Filhos que eram “esteios” da Távola (segundo nosso próprio julgamento). Que não os queiramos mais na Távola e solicitemos que passem a outra Távola. Que repentinamente Filhos de muitos anos peçam mudança de Távola e se trate de Filhos que antes tinham uma boa relação conosco.

O Superior não deve cair na desculpa fácil de culpar o Filho pela situação criada. Para que um Filho que ama seu Superior peça mudança de Távola deve ter se produzido um conflito muito doloroso entre ele e seu Superior. Isto deve alertar o Superior e o Delegado que supervisiona a atividade da Távola, pois tal situação pode significar, por parte do Superior, coação, dogmatismo, intolerância, temperamento difícil ou indiscrição. Também pode indicar que o Superior não aceita alguma observação que um Filho lhe faz sobre alguma anormalidade em sua conduta, apesar de ser certa; e que por essa razão o discrimine, retire dele sua confiança e a atenção que lhe deve.

- Que resistamos a passar Filhos para outras Távolas ou a admitir Filhos de outras Távolas. Que imponhamos condições para aceitar Filhos na Távola.

Isto indicaria rigidez, abuso de autoridade e sentido de posse sobre os Filhos. A consequência desta atitude seria, também, rigidez nos Filhos da Távola e submissão à pessoa do Superior, ou rebelião.

- Que nos sintamos lisonjeados quando os Filhos da Távola não aceitem depender de outro Superior quando são comunicados sobre passes para outras Távolas, em vez de dar-nos conta de que degradamos o sentido da dependência.

Esta situação indicaria manipulação por parte do Superior para transformar os Filhos em seus prosélitos, dos quais exige submissão a sua pessoa. Leva os Filhos à adulação, e o Superior à petulância.

- Que demos lugar para que Filhos da Távola critiquem outros Filhos ou Superiores.

Tal coisa evidenciaria que estimulamos nos Filhos um sentido de superioridade sobre outros e o vício da murmuração. Esta conduta é totalmente contrária à mística de união.

- Que demos autorizações violando as normas estabelecidas, especialmente as que se referem a relações econômicas, sociedades, trabalhos e empréstimos de dinheiro entre os Filhos ou entre Filhos e o Superior.
- Que neguemos permissões de forma arbitrária, fazendo os Filhos sofrerem.
- Que apliquemos sanções a Filhos sem consultar previamente nem informar sobre isso ao Delegado ou ao C.G.M.
- Que encomendemos trabalhos aos Filhos além de suas obrigações regulamentares sem requerer autorização prévia do Delegado ou do C.G.M.
- Que na Távola haja Filhos que tenham conflito conosco e que não façamos nada para que esses Filhos entrem em contato com o Delegado de Zona ou de País ou que possam consultar quem o C.G.M. aconselhe, se não houvesse Delegado de Zona ou de País.

Estas são faltas flagrantes e injustificáveis. Mostrariam, da parte do Superior, despotismo e rebelião aberta à condução de Cafh.

- Que comentemos nossos próprios problemas com os Filhos da Távola
- Que comentemos com outros Filhos ou com pessoas alheias a Cafh confidências que Filhos da Távola nos fazem.
- Que nos indisponhamos com algum Filho.

As três anteriores inabilitariam o Superior para dar direção espiritual e para desempenhar funções em Cafh. A respeito das confidências, se se considerasse que alguma deveria ser conhecida pelo C.G.M., deveria ser pedido o consentimento do Filho para isso.

- Que elogiemos a nós mesmos e o nosso trabalho. Que nos superestimemos em relação a outros Superiores e Távolas. Ou que qualifiquemos a nós mesmos como “defensores” do Regulamento e representante da “verdadeira” Cafh.

Estas atitudes mostrariam ênfase, dogmatismo, rigidez e estreiteza mental. A quem poderíamos orientar?

- Que demos lugar a que se gere na Távola um ambiente hostil para com os Superiores hierárquicos.

Isto acontece em certas situações; por exemplo:

- *Os Filhos têm problemas em sua relação com o Superior da Távola e transferem sua atitude aos Superiores hierárquicos.*
- *O Superior da Távola mantém uma relação conflituosa com seus Superiores hierárquicos e incita os Filhos a "ficar do seu lado". Neste caso, estaria atacando a obra de Cafh e, por sua atitude e sua conduta, separar-se-ia da Grande Corrente.*

Situações irregulares na Delegação

Muitos dos problemas mencionados na seção anterior criam crises quando falhamos na condução no nível de Delegação, por não detectar a tempo os problemas ou, sabendo que existem, deixá-los crescer. Algumas destas falhas poderiam ser as seguintes:

Controle insuficiente

- Que não sigamos as normas estabelecidas para supervisionar o desempenho dos Superiores.

Se achássemos que não são adequadas, deveríamos sugerir outras mais apropriadas.

- Que baseássemos a avaliação de uma Távola apenas sobre a opinião que o Superior nos dá sobre a mesma.

Para avaliar a situação de uma Távola temos que conhecê-la. Além de estabelecer uma relação fluida com o Superior, devemos conhecer os Filhos diretamente, conversar com eles, inteirar-nos de sua maneira de sentir e de pensar.

- Que aceitemos informes deficientes ou inadequados.

Não poderíamos informar e sugerir diretrizes ou soluções ao C.G.M. sem que contássemos com uma informação adequada e fidedigna.

- Que não demos suficiente importância a faltas no cumprimento das normas estabelecidas, a atitudes questionáveis do Superior de Távola ou a conflitos dos Filhos que revelam problemas em sua relação com o Superior.

Seríamos responsáveis pelos problemas que originam estas situações, por não corrigir os erros ou as irregularidades que observamos.

- Que deixemos passar o fato de que os Superiores não respondam adequadamente à autoridade do Delegado.
- Que não supervisionemos o trabalho do Superior na Távola nem os trabalhos que algum Filho ou a Távola eventualmente efetue por iniciativa do Superior.

Reticência

- Que não efetuem observações quando corresponde fazê-las, por temor a reações do Superior.

Teríamos que trabalhar sobre nosso desejo de "ficar bem" diante dos outros e ter em conta o dano que causamos às almas e a Cafh com essa conduta.

- Que subestimemos as queixas ou os pedidos de ajuda dos Filhos.
- Que deixemos passar irregularidades, baseando-nos no falso otimismo de que “tudo vai se arrumar”.

As debilidades da natureza humana – isto é, nossas próprias debilidades – não se curam com excessiva confiança, com lassidão nem com o passar do tempo. Pelo contrário, agravam-se se não agimos de forma apropriada no momento oportuno. Tais atitudes seriam muito daninhas, pois deixariam os Filhos sem a orientação e a assistência que temos a obrigação de lhes dar.

Decisões inconsultas

- Que não consultemos e informemos de forma completa o C.G.M. para “não incomodá-lo” com tantas consultas e informes.

*Que não consultemos **antes** de agir é bastante daninho. Mas, quando **depois** nem sequer informamos sobre o fato, mostramos que não apenas nos falta discernimento, mas que nos move o afã de poder – informação é poder.*

Responsabilidade não cumprida

- Que desviemos para o C.G.M. situações conflituosas cuja gestão nós teríamos que assumir e que poderiam incomodar o Superior, tomando diante deste a atitude de “amigo” em vez de falar claramente com ele.

É o extremo oposto do ponto anterior. Esta atitude mostraria que somos desleais com o Superior que necessita nossa orientação e que somos ineficazes na assistência que deveríamos prestar ao C.G.M. na condução de Cafh.

- Que toleremos que os Superiores critiquem Filhos ou Superiores com suas palavras ou com seus atos.

Tal conduta nos faria cúmplices no vício de murmurar, um hábito que destrói as relações humanas – quanto mais os vínculos espirituais. Esta falsidade nas relações interpessoais atenta contra o bem comum.

Recomendações para evitar problemas de condução

Recomendações para o C.G.M.

- *Dar indicações referentes à condução das Távolas e à orientação dos Filhos somente através de seus Delegados.
- Solicitar dos Superiores a revisão das Normas para o atendimento das Távolas, ou para a preparação de outro sistema mais adequado para esse fim.
- Corrigir com presteza, através dos Delegados, qualquer irregularidade ou erro que for notado na condução das Távolas ou na conduta dos Ordenados.
- Dar prioridade ao bem dos Filhos nos casos de conflitos entre eles e um Superior, tendo em conta que, nesses casos, a maior responsabilidade pela situação criada recai sobre o Superior.
- Dispensar de suas funções o Superior que não corrija de forma satisfatória erros graves – como os apontados nestas páginas – que possa cometer, uma vez que lhe tenha sido indicado que o faça e que se o ajude a fazê-lo. Não se deixar levar pela ideia de que não haveria substituto para essa função, ou pela intenção de não ferir a suscetibilidade do Superior.
- Requerer informes claros, completos e pontuais sobre o andamento das instituições aos que forem responsáveis por controlá-las. Agir em consequência quando se observarem irregularidades.
- Colocar por escrito permissões importantes. Por exemplo, sobre relações econômicas, dispensas ou Obras de Cafh.

Recomendações para Superiores e Delegados de cidade, de zona ou de país

- Estabelecer dois tipos de entrevistas dos Superiores de Távolas com seus Delegados.
 1. Entrevistas para tratar com o Delegado assuntos da condução da Távola e da orientação dos Filhos; desenvolvê-las a partir de um esquema escrito ou agenda que cubra toda a informação que devemos dar sobre a Távola.
 2. Entrevistas para temas exclusivos de nossa direção espiritual: ir ao assunto, sem divagar sobre assuntos periféricos ou outros que nos distraiam de nossa situação espiritual.

Se estas duas entrevistas se realizam uma em seguida à outra, deve-se marcar verbalmente a passagem de uma para outra, para que o teor da entrevista seja óbvio tanto para o Superior como para o Delegado.

- Se o Delegado notasse que não corrigimos as irregularidades que nos aponta, que não seguimos as indicações que nos dá a respeito da condução da Távola, ou que não temos direção espiritual, tem a obrigação moral e institucional de informar o C.G.M. por escrito e claramente sobre esta situação e de dar-lhe sua opinião sobre as medidas que julgue conveniente tomar. Além disso, tem a obrigação de nos comunicar essa opinião que vai transmitir ao C.G.M. *O Superior envolvido tem o direito de expor ao C.G.M. (se não tiver outra instância anterior – o Delegado de País, por exemplo) qualquer desacordo com o Delegado que creia impedir o bom funcionamento de sua Távola ou que lhe impeça de receber direção espiritual.*
- Cumprir a indicação de visitar periodicamente as Távolas. Não se pode informar sobre o que não se conhece.
- Para informar-se sobre a Távola, seguir um guia que cubra todos os aspectos de suas atividades.
- Ao avaliar o desempenho do Superior da Távola, além da informação que ele dá sobre seu trabalho, ter conversações com os Filhos para conhecer os pontos de vista e as vivências destes. Realizar suficiente número de entrevistas particulares com Filhos, especialmente se nenhum ou muito poucos deles as pedissem.
- Se a Távola ou um grupo de Filhos desenvolve atividades exteriores patrocinadas por Cafh ou de alguma forma relacionadas com Cafh, pedir ao Superior e aos Filhos envolvidos, uma informação clara e completa sobre elas: programa, atividades, finanças, relações econômicas e de trabalho entre os Filhos. Verificar também, com quem corresponda em cada caso, se essas atividades estão devidamente autorizadas e informadas.
- Quando o Delegado percebe irregularidades, situações ou atitudes conflituosas, além de informar imediatamente o C.G.M., deve dar-lhe sua opinião sobre como remediá-las e assumir a responsabilidade de levar a cabo essas medidas pessoalmente, se fossem aprovadas.

IV. O DIÁLOGO

Há problemas de comunicação enraizados em complexos psicológicos profundos que fogem ao âmbito da direção espiritual. Não os trataremos aqui; esses casos necessitam uma assistência profissional.

Cada Filho, e em particular cada Ordenado, anseia por manter o espírito de Cafh o mais puro possível. Conseguimos isso trabalhando em nosso interior para viver cada vez mais perfeitamente nosso ideal espiritual. A respeito do tema da comunicação, também temos que começar desta maneira, trabalhando em nosso interior.

No entanto, por que nas relações interpessoais nos é tão difícil começar a melhorá-las trabalhando sobre nós mesmos?

Talvez uma razão seja que julgamos nossa conduta nas relações interpessoais através da intenção que nos atribuimos. Não nos damos conta de que ainda que pensemos que nossa intenção é a melhor, nossa conduta pode deixar muito a desejar.

No contexto de Cafh não é concebível a má intenção, a violência nem a agressão nas relações entre os Filhos. Mas temos que recordar que há várias maneiras de desvirtuar nossa intenção, de fazer violência e de agredir, sem que o notemos.

As mais comuns são o corte da comunicação, a crítica mal intencionada e a murmuração.

O corte da comunicação

Uma forma comum de cortar nossa comunicação com uma pessoa é fazermos um julgamento negativo e definitivo sobre ela. Se nos sentimos incomodados por sua forma de ser ou por suas opiniões, desqualificamos de antemão tudo quanto possa expressar para nós daí por diante, negando-nos a considerar suas ideias e manifestações com atitude aberta. Comumente, nossa atitude gera outra igual em nosso interlocutor. Em consequência, se tem que se relacionar conosco por necessidade, ele o faz na defensiva, já que conhece de antemão nossa atitude crítica a seu respeito. Além disso, não o escutam quando tenta nos comunicar algo. Não podemos estranhar que essa pessoa não queira nos consultar ou ter relação conosco, pois tratará de evitar nossa conduta abusiva. Por isso, quando um Filho adota uma atitude distante, em vez de culpá-lo dizendo que ele “está mal”, temos que revisar a forma como o tratamos e os juízos que fazemos a respeito dele.

Inclusive podemos anular a possibilidade de comunicar-nos com alguém a quem não conhecemos pelos preconceitos que temos contra os hábitos ou as crenças do grupo a que pertence ou pelo que outros nos disseram sobre essa pessoa.

A crítica mal intencionada

A crítica é mal intencionada quando censuramos uma pessoa pelas costas com a intenção de desqualificá-la. Esta forma de criticar é uma falta de caridade, de honestidade e de amor ao bem comum e também ao bem dessa pessoa.

Apontamos acima que não temos de criticar os outros. Isso não implica anular nossa capacidade de discernir. Pelo contrário, temos de trabalhar para melhorar nossa capacidade de análise e discernimento. Todos temos o direito de dar nossas opiniões, sempre que as expressemos a quem corresponda, no momento apropriado e de uma maneira que seja proveitosa. Mas temos que ter cuidado para que nossa forma de opinar não encubra uma crítica mal intencionada.

Para evitar cair nessa falta temos que recordar que:

- Não temos o direito de intrometer-nos na vida de outros com nossas opiniões.
- É desleal e desonesto censurar alguém pelas costas ou com a finalidade de desqualificá-lo.
- A atitude de desqualificar os outros nos prejudica, já que fomenta nossa ênfase e petulância.
- Ao censurar sem buscar soluções perdemos autoridade moral perante os Filhos e também perante nós mesmos, pois essa forma de criticar destrói o que dizemos que queremos construir.
- Se opinamos que um Superior comete uma falta, seria desleal que o criticássemos diante de outros.

Nós lhe dissemos a avaliação que fazemos de sua conduta? Aconselhamos que peça ajuda? Além disso, queremos transformar-nos num novo tribunal inquisidor? Estamos buscando a palha no olho alheio para não ver a viga no próprio?

- Não corresponde que um Superior critique perante outro Superior ou perante outros Filhos o que se dispôs sobre sua função ou sobre a Obra de Cafh. Isto seria crítica mal intencionada porque o lugar e o momento para dar nossa opinião sobre os assuntos de Cafh é a Assembleia de Plenilúcio. Calar durante a Assembleia e criticar depois o que se dispõe na Assembleia seria uma atitude desonesta. Por outro lado, sempre contamos com os canais naturais de comunicação com nosso Superior imediato e ainda com o C.G.M. para transmitir nossas opiniões.

A murmuração

Murmuramos quando buscamos cúmplices para apoiar nossas críticas e formamos grupos separados com esse propósito.

Assim como criticar alguém pelas costas mostra desonestidade e deslealdade para com essa pessoa por parte de quem critica, murmurar expressa a deslealdade dos que murmuram para com o grupo e o contexto a que pertencem. Por isto, em sentido figurado, poderíamos

considerar a murmuração como o câncer da relação. Não só é autodestrutiva senão que também tenta destruir o grupo maior a que pertencemos, ainda que os que murmuram queiram convencer-se de que seu propósito é fazer o bem.

Tão responsável é quem critica como quem o escuta, porque se faz eco dessas críticas. Em consequência, temos que extirpar a fundo a crítica mal intencionada e a murmuração cada vez que as encontremos entre nós e em nós.

Para prevenir-nos desses males convém que recordemos algumas características que geralmente se encontram na pessoa que faz crítica destrutiva e costuma murmurar. Por exemplo:

- Não avalia a si mesma
- Não aceita “feedback”
- Estabelece laços para ganhar poder
- Abusa de seu poder
- Confunde sua opinião sobre o que acontece com o que realmente acontece
- Manifesta-se de acordo com as circunstâncias, para sua própria conveniência: tanto pode mostrar-se submisso, calado, dócil, como arrogante e seguro de suas opiniões.
- Não se faz responsável por suas opiniões porque não as expressa no momento e no entorno adequado, mas pelas costas dos que são afetados por suas expressões.
- Cuida de sua imagem; não fala quando deveria fazê-lo, ou diante de quem deveria fazê-lo, para não se expor.

O que mais podemos fazer para evitar erros?

- Em vez de:
 - criticar → expressar-*nos*
 - murmurar → compartilhar pensamentos, opiniões e sentimentos
 - destruir → construir o Corpo Místico.
- Recordar até gravar em nossa mente e em nossa conduta as situações que temos que reconhecer e corrigir, como as que mencionamos acima, para não prejudicar a Obra de Cafh e para evitar sofrimento aos Filhos.
- Aprender a comunicar-nos melhor.

Mas, como fazê-lo?

Dialogar

Por tudo o que foi dito até aqui consideramos que, neste momento, é fundamental para nossa tarefa espiritual que aprendamos a dialogar.

A maioria das situações que particularizamos se devem em grande parte a que ainda não aprendemos a comunicar-nos.

As regras do diálogo – escutar, validar e expressar-nos sem censurar os outros, manter uma atitude de igualdade em vez de uma de superioridade – desprendem-se de um paradigma de comunicação baseado no amor e no respeito por si mesmo e pelos demais.

Os exercícios de diálogo nos dão pautas que teríamos que incorporar a nosso comportamento cotidiano. Mas não nos resulta fácil consegui-lo. Nossa forma habitual de nos relacionarmos parece mais um confronto do que um diálogo. Os conflitos interpessoais ocorrem geralmente por este motivo.

O comum nas relações cotidianas é que, em vez de compartilhar sentimentos, pensamentos e opiniões, com o fim de aprender e ajudar, esgrimam-se opiniões e sentimentos para impor-se aos demais.

Estamos acostumados a dizer aos outros, de diversas maneiras, o que teriam que fazer, sentir e pensar. Ou os criticamos. Se não formos bem sucedidos em nosso esforço para impor-nos, nós nos aborrecemos ou cortamos a relação. É inevitável, então, que em vez de compreensão mútua haja incompreensão, mal-entendidos, desgostos e disputas. Esta atitude muitas vezes nos leva a que digamos que necessitamos “dialogar” quando na realidade queremos forçar a outra pessoa para que aceite nossas imposições. E, quando essa pessoa nos rejeita, sentimo-nos confusos e não conseguimos compreender por que não quer abrir-se para nós.

A relação interpessoal implica compartilhar significado. Para que isto seja possível são necessárias a emissão e a recepção de mensagens e o trabalho conjunto de elaboração de significado compartilhado.

Em consequência, para relacionar-nos não basta que alguém nos comunique algo, senão que nós sejamos bons receptores do que nos expressa e também que saibamos comunicar o que pensamos e sentimos. Só assim conseguimos compartilhar significado e estabelecer uma relação construtiva entre nós.

Para poder dialogar, cada um de nós tem que incorporar o que seu interlocutor expressa. Se somente tivéssemos a expectativa contrária – isto é, de que seja esse interlocutor aquele que tem que aceitar e validar nossa mensagem – não poderíamos gerar o clima apropriado para o diálogo.

Cada mensagem implica um ponto de vista que contém:

- Nossa percepção dos fatos: como os descrevemos.
- Nossa reação ante os fatos: o que sentimos.
- Nossa interpretação dos fatos: como os julgamos.

Há tantos pontos de vista (percepção + reação + interpretação) produzidos por uma mesma circunstância quanto pessoas que são afetadas por ela. Não somos conscientes das bases

sobre as quais assentamos nosso julgamento dos fatos nem que dados selecionamos para fazê-lo e quais não temos em conta. Reagimos de acordo com nossas experiências prévias e influenciados por nosso inconsciente. Não tem sentido, então, tratar de estabelecer quem tem a “verdadeira” percepção porque todas elas são influenciadas por nossos condicionamentos e contêm um alto grau de subjetividade. A melhor maneira de compreender uma circunstância é considerá-la a partir de muitos pontos de vista. Para isso temos que compartilhar significado uns com os outros.

Há normas básicas que nos ajudam para este fim. Por exemplo:

Escutar: Dar lugar para que outros se expressem, sem prejudicar nem censurar o que nos manifestam.

Validar: Reconhecer nosso interlocutor em suas mensagens e o valor destas. Talvez seja este o ponto mais crucial e o mais ignorado da comunicação.

Comunicar. Transmitir o que percebemos, sentimos e interpretamos, sem acusar outros. Em vez de dizer “você me ataca” – que é também uma forma de atacar – dizer o que nos acontece. Por exemplo, “sinto-me sem apoio”, “sinto que não posso me expressar” etc. Isto não é uma simples mudança de palavras no que dizemos; implica mudar uma atitude acusadora por outra aberta. É também pôr a ênfase no que há em nós, já que é o único que podemos expressar com certeza, em vez de dizer o que há nos outros – algo que imaginamos, mas que na verdade não conhecemos.

Falar por si mesmo: Quando dizemos, por exemplo, “nós pensamos”, “nós queremos ...” ou “dizem ...” envolvemos outros em nossas opiniões e falamos por outros. Isto corta o diálogo e traz conflitos porquê:

- Avassalamos a liberdade de expressar-se que cada um tem.
- Assumimos uma representação que não nos foi delegada.
- Usamos os demais sem seu consentimento, para dar força a nossa opinião.
- Não nos responsabilizamos pelo que dizemos.

Tampouco falamos por nós mesmos quando confundimos nossas opiniões com “a verdade”. Por exemplo, quando dizemos “isto não é assim ...” em vez de dizer “em minha opinião ...”

Outra maneira de não falar por nós mesmos é esgrimir citações, por exemplo, de ensinanças, ou do C.G.M., ou de Dom Santiago, para calar os outros e impor uma opinião que não poderíamos sustentar por nós mesmos. Amamos todas as ensinanças, tanto as orais como as escritas, mas não as usamos como armas de poder.

Falar por si mesmo implica fazê-lo na primeira pessoa: (Eu) digo ou penso ou sinto. Reservamos as expressões (nós) dizemos ou pensamos ou sentimos, para quando chegamos a um consenso explícito sobre o que vamos dizer.

Poderíamos dizer, então, que dialogar implica:

- Que em vez de atribuir intenções aos outros, nós os escutemos para saber em primeira mão o que pensam e sentem.
- Que em vez de negar os outros validemos suas experiências; isto é, que reconhecamos sua individualidade e o valor de sua maneira de entender as coisas.
- Que em vez de acusar ou censurar os outros, façamos autoanálise e nos ocupemos de melhorar a nós mesmos.
- Que em vez de falar de outros pelas costas, dialoguemos com eles para criar significados compartilhados.
- Que em vez de cortar a comunicação com os outros, nós nos abramos à comunicação com todos.

Diálogo e participação

Nós nos unimos com a Divina Mãe através de nossa união com todas as almas.

Todas as almas são, na prática, todas as pessoas. E, em primeiro lugar, todas as pessoas com as quais nos relacionamos.

A união com essas pessoas começa em nosso interior. Isto não nos é muito difícil. Em nossa oração abraçamos toda a humanidade e rogamos pelo bem de todos; desta maneira conseguimos sentir que participamos com todos. Para completar nossa participação temos que compreender que esse sentir é parcial e também potencial. É parcial porque somente nós o sentimos; não sabemos o que sentem os demais em relação a nós. É potencial porque nossa participação ainda tem que se expressar na forma em que nos comunicamos com os demais.

Do ponto de vista da comunicação, podemos entender o diálogo como o veículo da participação. Participar é compartilhar. Para compartilhar temos que abrir-nos interiormente à realidade dos outros: escutá-los e validá-los. E temos que ser escutados e validados com a mesma atitude para que a comunicação se complete.

Se cada um de nós se esforça para escutar e validar, conseguiremos a comunicação. O que não temos que fazer é começar ao contrário: querer ser escutados sem querer escutar, sem compreender que para que nos escutem temos que começar por escutar.

Por esta razão damos tanta importância ao diálogo.

Quando incorporarmos o diálogo à nossa forma de comunicar-nos, a participação que agora é só intelectual ou emocional se transformará na atitude espontânea que teremos para com os demais. Uma vez que alcancemos esta atitude aprenderemos a dialogar não só com os outros, mas também com nós mesmos e, especialmente, com a Divina Mãe.